

Nelson explica que fez tudo para o Senado votar salário

Irritado com a repercussão do manifesto divulgado na quinta-feira pelo PDT, que o chamava de "inimigo nº 1 dos trabalhadores brasileiros", o Presidente do Congresso, Senador Nelson Carneiro, disse ontem que fez tudo o que podia para permitir a votação da lei salarial pelo Senado. Segundo o Senador, o projeto da Câmara chegou à Secretaria do Senado às 15h de sexta-feira, dia 29 de junho, sendo imediatamente aprovado um requerimento de todás as lideranças concedendo urgência para que ele fosse votado na segunda sessão ordinária subsequente.

Nelson lembra que a Câmara entrara em recesso naquele mesmo dia, o que impediria que qualquer emenda do Senado ao projeto da lei salarial fosse apreciada pelos deputados. Desse modo, segundo o Senador, a Câmara praticamente obrigava o Senado a

homologar integralmente o seu projeto. Mesmo assim, Nelson fugiu ao regimento para convocar uma sessão para sábado, transformando-a em sessão ordinária, para que ocorresse o interstício de duas sessões ordinárias e o projeto pudesse ser aprovado na segunda-feira, quando começaria o recesso da Casa.

Não foi possível votar o projeto na segunda-feira devido à falta de quorum: compareceram apenas 27 senadores, 11 a menos do que o necessário. Caso o Senado aprove o projeto na terça-feira — as lideranças fizeram uma apelo para que a sessão de votação não fosse marcada para segunda, devido às dificuldades de transportes para Brasília —, o Presidente Fernando Collor terá 15 dias para vetá-lo.

Segundo o Senador, o PDT foi o partido que liderou a vinculação da votação da LDO no Congresso à apreciação da lei salarial pelo Senado.